MEMORIAL DA VERDADE

POR QUE LULA É INOCENTE E POR QUE TENTARAM DESTRUIR O MAIOR LÍDER DO BRASIL

COMO A DEFESA DERROTOU A FARSA DA LAVA JATO

AS MENTIRAS QUE ENVENENARAM O PAÍS

PT Partido dos Trabalhadores

MEMORIAL DA VERDADE

POR QUE LULA É INOCENTE E POR QUE TENTARAM DESTRUIR O MAIOR LÍDER DO BRASIL

COMO A DEFESA DERROTOU A FARSA DA LAVA JATO

AS MENTIRAS QUE ENVENENARAM O PAÍS

MEMORIAL DA VERDADE

Publicação do Partido dos Trabalhadores - Secretaria Nacional
de Comunicação/Assessoria de Imprensa

Presidenta do Diretório Nacional do PT: Gleisi Hoffmann
Secretário Nacional de Comunicação: Jilmar Tatto
Edição e Texto Final: Ricardo Amaral (MTb 3.386 MG)
Projeto Gráfico e Diagramação: Fábio Lombardozo/Urissanê Comunicação
Fotos Capa e Última Página: Ricardo Stuckert

Partido dos Trabalhadores:
Rua Silveira Martins, 132 | São Paulo | SP | CEP: 01019-000
CNPJ: 00.676.262/0002-51

pt.org.br
/pt.brasil
@ptbrasil
@ptbrasil
/TVPTBrasil
61 9446-4122

Índice

Apresentação por Gleisi Hoffmann 09

Falsas denúncias: 15 vezes inocentado 11

Por que tentaram destruir Lula 17

O ataque da mídia e a farsa da Lava Jato 23

A operação de guerra: *lawfare* 27

Como a defesa venceu na Justiça.....37

As mentiras que envenenaram o país 49

Desmontando a farsa do "quadrilhão" 51

Desmontando as mentiras do "petrolão" 56

Nossa luta é pela verdade

O Supremo Tribunal Federal (STF) resgatou definitivamente a inocência de Lula nas quatro ações da Lava Jato de Curitiba contra o ex-presidente. As ações ilegais do triplex, do sítio de Atibaia, do terreno e das contribuições ao Instituto Lula foram anuladas, entre março e junho de 2021, nos julgamentos do STF em que o ex-juiz Sergio Moro foi declarado parcial e suspeito contra o ex-presidente, além de nunca ter tido competência legal para julgar Lula.

Lula também foi absolvido ou teve as denúncias arquivadas, porque não tinham justa causa nem base em fatos, em outros 12 casos que já foram julgados em Brasília e São Paulo, fora da Vara que Moro comandava. Nas poucas ações que restam julgar, todas elas igualmente forjadas ou contaminadas pela suspeição de Moro, nunca houve sentença de condenação do ex-presidente.

Portanto, Lula é sim um cidadão inocente perante a lei e a Constituição do Brasil. Está mal-informado ou agindo de má-fé quem não reconhecer que esta é a condição real de Lula. No Brasil, como em todos os países democráticos, todo cidadão que não está condenado de forma definitiva, que foi absolvido ou teve acusações anuladas, é inocente perante a lei e perante a Justiça.

A luta pelos direitos de Lula teve imenso apoio e solidariedade no Brasil e no mundo. Os militantes da Vigília Lula Livre passaram 580 dias e noites junto ao local onde ele estava preso. Comitês Lula Livre atua-

ram em todo o país e no exterior, artistas realizaram festivais Lula Livre. Líderes mundiais, políticos, advogados, juristas, intelectuais, religiosos e jornalistas mantiveram sempre acesa a chama da esperança.

Agradecemos a todas essas pessoas e especialmente à militância do PT, que nunca perdeu a esperança nem a força para lutar pela liberdade e justiça para Lula. Agradecemos também aos que contribuíram para este Memorial da Verdade, coordenado pelo jornalista Ricardo Amaral, da Assessoria de Imprensa do PT.

Lula e seus advogados venceram uma longa e terrível batalha judicial. Mas isso não quer dizer que foi derrubado o castelo de mentiras que ergueram para difamá-lo, difamar o PT e o projeto de transformação do país que Lula iniciou, numa sociedade que foi envenenada pela mentira todos os dias, na mídia e nas redes antipetistas. As mentiras são repetidas, prolongando a injustiça e confundindo as pessoas.

O objetivo deste **Memorial da Verdade** é deixar bem claros os motivos pelos quais Lula foi perseguido, preso e cassado, sem ter cometido crime nenhum. É desfazer as mentiras e explicar a operação de guerra (também chamada de *lawfare*) armada contra o maior líder popular do país e contra o Partido dos Trabalhadores. É mostrar como Lula conquistou suas vitórias na Justiça, provou sua inocência, recuperou seus direitos e voltou a ser a esperança do povo na reconstrução do Brasil. A nossa luta agora é para restabelecer a verdade.

Gleisi Hoffmann
Presidenta Nacional do Partido dos Trabalhadores
Brasília, julho de 2021

1

As denúncias falsas que foram derrubadas na Justiça. 16 vezes acusado, 16 vezes inocentado

Lula provou sua inocência em todas as ações e inquéritos que já foram julgados e concluídos, incluindo os quatro processos de Curitiba anulados em março pelo Supremo Tribunal Federal. Sempre que alguém duvidar deste fato, mostre esta lista, mostre o absurdo das acusações e as vitórias de Lula na Justiça:

1. **Caso Triplex do Guarujá:** A defesa provou que Lula nunca foi dono, nunca recebeu nem foi beneficiado pelo apartamento no Guarujá, que pertencia à OAS e foi dado em garantia por um empréstimo na Caixa. **Caso anulado pelo STF em duas decisões, restabelecendo a inocência de Lula.**

2. **Caso Sítio de Atibaia:** A defesa provou que Lula nunca recebeu dinheiro da Odebrecht para pagar reformas no sítio, que também nunca foi dele. A transferência de R$ 700 mil da Odebrecht, alegada na denúncia, foi na realidade feita para um diretor da empresa, não para obras no sítio. **Caso anulado pelo STF em duas decisões, Lula inocentado.**

3. **Caso do Terreno do Instituto Lula:** A defesa provou que o Instituto nunca recebeu doação de terreno, ao contrário do que diz a denúncia da Lava Jato, e sempre funcionou em sede própria. **Caso anulado pelo STF em duas decisões, Lula inocentado.**

4. **Caso das Doações para o Instituto Lula:** A defesa provou que as doações de pessoas físicas e de mais de 40 empresas brasileiras e de outros países para o Instituto Lula, entre 2011 e 2015, foram todas legais, declaradas à Receita Federal, e jamais constituíram qualquer tipo de propina ou caixa 2. **Caso anulado pelo STF. Lula inocentado.**

Foto: Ricardo Stuckert

5. **Caso do Quadrilhão do PT:** Esta é a mais grave e a mais irresponsável de todas as acusações falsas feitas contra Lula, a de que ele teria sido o "o comandante" de uma organização criminosa constituída para drenar recursos da Petrobras e de outras empresas públicas. A 12ª Vara da Justiça Federal de Brasília arquivou a denúncia, em dezembro de 2019, por verificar que o MPF fez a gravíssima acusação sem ter apontado nenhum crime, nenhum ato ilegal ou de corrupção que tivesse sido praticado por Lula, a ex-presidenta Dilma Rousseff, seus ex-ministros ou por dirigentes do PT acusados na ação. O juiz afirmou que a denúncia simplesmente tentava criminalizar a atividade política. **Caso encerrado, Lula absolvido.**

6. **Caso Quadrilhão do PT II:** Uma segunda denúncia no mesmo sentido da anterior foi simplesmente rejeitada pela 12ª Vara da Justiça Federal de Brasília. **Caso encerrado e arquivado, Lula inocentado.**

7. **Caso Delcídio (obstrução de Justiça):** A defesa provou que era falsa a delação do ex-senador Delcídio do Amaral. A denúncia era tão frágil que sequer houve recurso da acusação contra a decisão da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que absolveu Lula. **Caso encerrado, Lula absolvido.**

8. **Caso das Palestras do Lula:** Inquérito aberto na Vara Federal de Sergio Moro em dezembro de 2015, com objetivo de acusar Lula de ter simulado a realização de palestras, em outra farsa da Lava Jato. A defesa provou por meio de vídeos, gravações, fotografias e notícias a realização de todas as 72 palestras de Lula, organizadas

pela empresa LILS, entre 2011 e 2015. A Polícia Federal e o Ministério Público (Força Tarefa) tiveram de reconhecer que as palestram foram realizadas sem qualquer ilicitude ou simulação. A legalidade das palestras teve de ser reconhecida em decisão da juíza substituta de Moro, Gabriela Hardt. **Caso encerrado, Lula inocentado.**

9. **Caso da Medida Provisória 471 (Zelotes):** Lula foi falsamente acusado de ter recebido contrapartida pela edição da MP 471, que prorrogou incentivos à indústria automobilística para gerar empregos nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Depois de quatro anos, o mesmo procurador que apresentou a denúncia falsa teve de pedir a absolvição de Lula. O Juízo da 10ª. Vara Federal de Brasília absolveu Lula e até dispensou o pronunciamento final da defesa, destacando que não havia justa causa para manter a ação. **Caso encerrado, Lula absolvido.**

10. **Caso da Lei de Segurança Nacional:** Já na condição de ministro da Justiça, Sergio Moro requisitou à Polícia Federal a abertura de inquérito contra Lula, com base na Lei de Segurança Nacional do tempo da ditadura. Lula foi intimado e prestou depoimento à PF. O inquérito foi sumariamente arquivado pela 15ª Vara Federal Criminal de Brasília. **Caso arquivado, Lula inocentado.**

11. **Caso do filho do Lula (Touchdown):** A defesa demonstrou que eram falsas as acusações do Ministério Público contra Luiz Cláudio Lula da Silva, pela atuação de sua empresa de eventos esportivos Touchdown. A denúncia foi rejeitada pela 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo. **Caso encerrado, Lula inocentado.**

12. **Caso do irmão do Lula:** A defesa demonstrou que não havia ilegalidade, fraude ou favorecimento nos serviços que Frei Chico, um dos irmãos de Lula, prestou à Odebrecht em negociações sindicais desde antes do presidente ser eleito. A 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo rejeitou a denúncia falsa. **Caso encerrado, Lula inocentado.**

13. **Caso do sobrinho do Lula:** A defesa provou que não houve irregularidade, ilegalidade nem favorecimento na subcontratação de uma empresa de um sobrinho do ex-presidente para uma obra da Odebrecht em Angola e que Lula não recebeu qualquer valor decorrente dessa relação contratual. O Tribunal Regional Federal da Primeira Região trancou o caso porque a denúncia era inepta (sem condições mínimas para ser processada). **Caso encerrado e arquivado, Lula inocentado.**

14. **Caso da ocupação do Triplex:** A 6ª Vara Federal Criminal de Santos rejeitou a denúncia do Ministério Público referente ao protesto que integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto fizeram contra a condenação injusta de Lula no tríplex do Guarujá, em abril de 2018. **Caso encerrado, Lula inocentado.**

15. **Caso Carta Capital:** Procedimento de Investigação encaminhado à Justiça Federal de São Paulo. Em mais uma farsa, a Lava Jato tentou caracterizar como ilegais contratos de patrocínio da Odebrecht com a revista Carta Capital. A própria Polícia Federal pediu o arquivamento. **Caso encerrado, Lula inocentado.**

16. **Caso Guiné Equatorial:** A defesa provou que não havia qualquer fundamento na denúncia que tentava associar doação de uma empresa ao Instituto Lula a contratos com o governo de Guiné Equatorial. Em agosto de 2021, a 5ª Turma do Tribunal Federal da Terceira Região (São Paulo) trancou (encerrou) a ação. **Caso julgado, Lula inocentado.**

2

Por que prenderam e tentaram destruir Lula, o melhor presidente do Brasil em todos os tempos

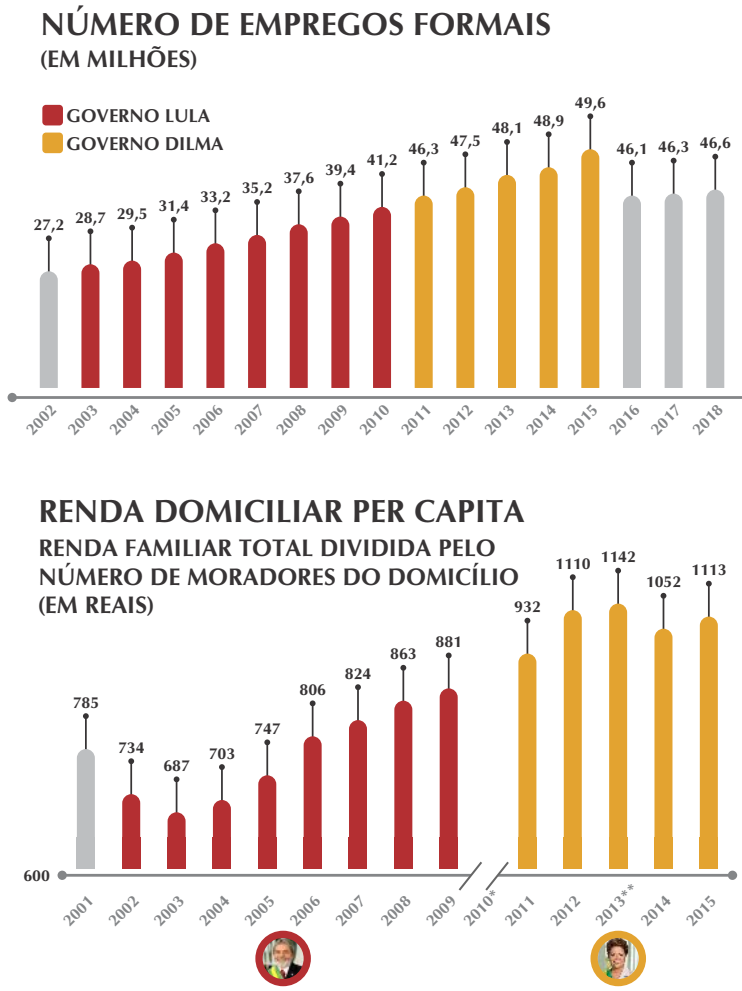
O projeto democrático de transformação do Brasil que Lula liderou, a partir de sua primeira eleição em 2002, proporcionou o maior e mais estável período de crescimento econômico da história do Brasil e a mais ampla inclusão social de todos os tempos. Mas, para mudar a vida da população, foi necessário fazer grandes mudanças também na maneira como o país era governado, inverter prioridades, e isso contrariou poderosos interesses dentro e fora do Brasil.

O governo Lula interrompeu um ciclo histórico de entrega do patrimônio público nacional a interesses privados, inclusive estrangeiros. Aquele ciclo, iniciado com Fernando Collor em 1990 e aprofundado pelos governos do PSDB (1995 a 2002), foi o tempo da privatização desenfreada, da venda dos bancos públicos e de empresas estratégicas para o país, como a Vale, que foi vendida por menos de 10% de seu valor real e a Embraer, com sua tecnologia de ponta criada por brasileiros. Venderam na Bolsa de Nova Iorque mais da metade das ações que o governo federal tinha na Petrobras e mudaram a Lei do Petróleo, para

beneficiar petroleiras estrangeiras na exploração do nosso petróleo e gás. Lula deu um basta naquela verdadeira liquidação do país, para preservar e valorizar o patrimônio do povo brasileiro.

O modelo de estado que estava sendo imposto, antes de Lula, era cada vez cada vez mais danoso para o país. O poder público não investia em rodovias, ferrovias e hidrelétricas, porque os neoliberais diziam que esse papel não cabia mais ao estado, mas seria da iniciativa privada. E não investia em saúde, educação e segurança da população, porque diziam que isso ia desequilibrar as contas públicas, provocar instabilidade e inflação. Alguém ganhava com aquele modelo chamado de "estado mínimo", mas não era o país e muito menos o povo. Eram os especuladores, os que lucram com os altos juros pagos pelo governo e os concorrentes das empresas brasileiras. Lula veio para mudar aquela situação e colocar a serviço de todos um estado que, antes dele, só atendia uma parte privilegiada da população.

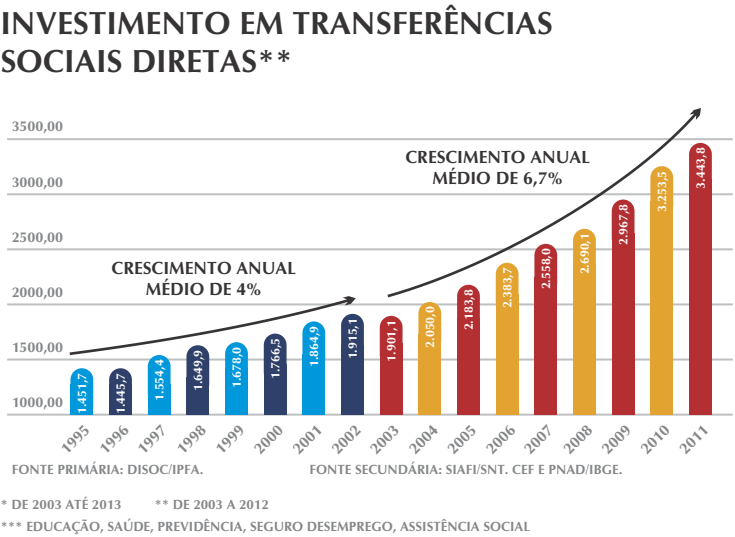
Com Lula, a imensa maioria sempre esquecida teve uma grande ascensão social, graças ao crescimento da economia e aos investimentos do governo para criar 20 milhões de empregos formais. Com o Bolsa Família e outras políticas, vencemos a fome e colocamos comida na mesa do trabalhador. Criamos o SAMU, as UPAs e abrimos as portas do ensino superior para o povo (pela primeira vez negros e filhos de trabalhadores tornaram-se maioria nas universidades públicas). As famílias conquistaram a casa própria, o carro, a geladeira, as viagens de avião, uma vida mais digna, enfim. Mas nada disso foi bem aceito pelos ricos e poderosos que sempre haviam governado o Brasil, em uma sociedade marcada por três séculos de escravismo e seu legado de exclusão e preconceito.



Nos governos do PT, o emprego e a renda dos mais pobres cresceram como nunca

A estabilidade das contas públicas, o controle da inflação e o crescimento sustentado da economia provaram que um trabalhador podia governar melhor o Brasil. Provaram que o estado tem sim um papel muito importante na economia e na vida das pessoas. Provaram que as responsabilidades do estado com a população não podem ser simples-

mente transferidas para o mercado e o setor privado. E provaram que estava errado o modelo chamado neoliberal, do governo tucano anterior ao de Lula, que por duas vezes quebrou e subordinou o país ao FMI, perdeu o controle da inflação, trouxe o desemprego e o racionamento de energia, porque não cuidou de planejar nem investir na infraestrutura para o crescimento.



Lula e Dilma colocaram os direitos dos pobres no Orçamento da União

O projeto de Lula e do PT estava não apenas mudando o Brasil, mas provando que havia (e ainda há) um caminho diferente e melhor para o futuro. E isso era insuportável para muita gente poderosa, inclusive fora do país.

A partir do governo Lula, o Brasil veio a se tornar a sexta maior economia do mundo e contribuía fortemente para mudar a geopolítica mundial, com uma política externa verdadeiramente soberana. Avançamos muito na integração da América Latina e Caribe, na cooperação

com a África, com os países árabes e ao mesmo tempo com Israel, e numa atuação conjunta com Rússia, China, Índia e África do Sul. Ganhamos influência nas negociações globais sobre desenvolvimento, comércio, meio ambiente e até mesmo em questões de segurança internacional. O Brasil conquistou protagonismo no mundo, com as bandeiras da paz e da democracia nas relações políticas e comerciais, da superação da miséria e da fome onde quer que elas existam.

Ao mesmo tempo, o Brasil se fortaleceu no comércio global. Multiplicamos por 5 as exportações e importações, em apenas 10 anos, e, além de reforçar nossa participação global no agronegócio e produtos básicos (aos chamadas *commodities*), conquistamos mercados em novos e mais dinâmicos setores, como a exportação de aviões, automóveis, tecnologia e serviços de engenharia e construção pesada.

Graças aos investimentos da Petrobras e à política de conteúdo nacional, passamos a gerar milhões de empregos no Brasil para construir aqui mesmo navios, sondas e toda uma cadeia de produtos que antes eram importados de outros países. Com a descoberta do pré-sal, mudamos o antigo sistema de concessões pelo sistema de partilha nos contratos de exploração de petróleo, de forma a proteger nossa riqueza e utilizá-la em benefício do país, e não só das empresas estrangeiras. O Brasil passou de importador a exportador de petróleo. A Petrobras tornou-se uma das maiores empresas do mundo e investia em refinarias para produzir aqui toda a gasolina e o diesel consumidos no país.

Era um Brasil soberano e globalmente competitivo que se afirmava no cenário mundial. E é isso que explica a espionagem do governo dos Estados Unidos na Petrobras e no gabinete da presidenta Dilma ou o

Foto: Ricardo Stuckert

Lula na reunião do G20: o Brasil conquistava o respeito do mundo

apoio da Shell ao candidato do PSDB contra ela, para mudar as regras do pré-sal, como foi revelado em 2013 por Edward Snowden, ex-agente de segurança dos EUA. É o que explica chantagem permanente das agências estrangeiras de classificação de risco dos países sobre as contas do governo brasileiro. É o que explica a participação essencial dos EUA na Lava Jato, contra Lula e o país.

O Brasil estava crescendo, competindo e incomodando. Por isso mesmo, tantos interesses poderosos atuaram não apenas contra aquele projeto de transformação, mas para destruir completamente seu líder, Lula, para que o povo e o país não levantassem a cabeça nunca mais.

3

A preparação do ataque contra Lula na mídia brasileira e da farsa da Lava Jato contra ele

As forças que faziam oposição ao projeto que vinha mudando o Brasil organizaram uma forte campanha para voltar a governar o país, que ficou ainda mais intensa depois da reeleição da presidenta Dilma Rousseff em 2014. Inconformados com o resultado, pediram a anulação das eleições, o que foi rejeitado pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas nunca desistiram de contestar e deslegitimar a presidenta reeleita.

O Brasil sofria com os impactos de uma crise global e o governo precisava corrigir pontos importantes da política econômica, mas a oposição, que tinha maioria no Congresso, sabotou todas as medidas enviadas pelo governo para enfrentar a crise. Jogaram contra o País. Ao mesmo tempo, manipulavam a operação Lava Jato para criminalizar o PT. E abriram o caminho do impeachment com a mentira das pedaladas fiscais.

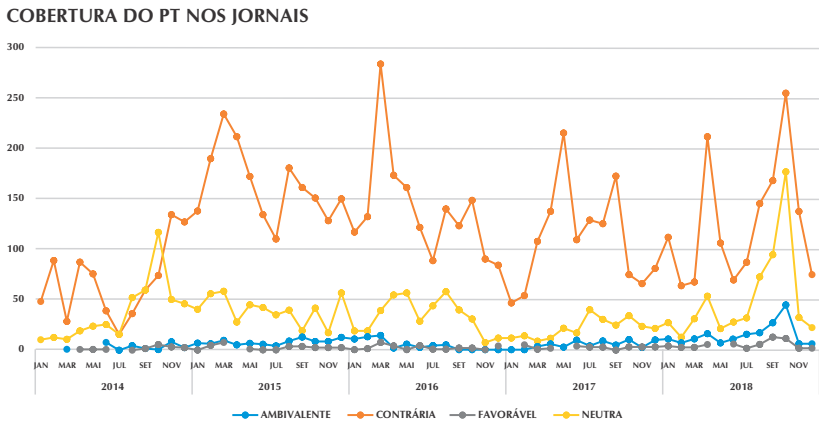
A oposição e a grande mídia voltaram também seus ataques contra a imagem de Lula, o líder daquele projeto político. Um antigo inquérito do Ministério Público de São Paulo, sobre a cooperativa habitacional Bancoop, na qual dona Marisa Letícia, esposa de Lula, pagava prestações pela cota de

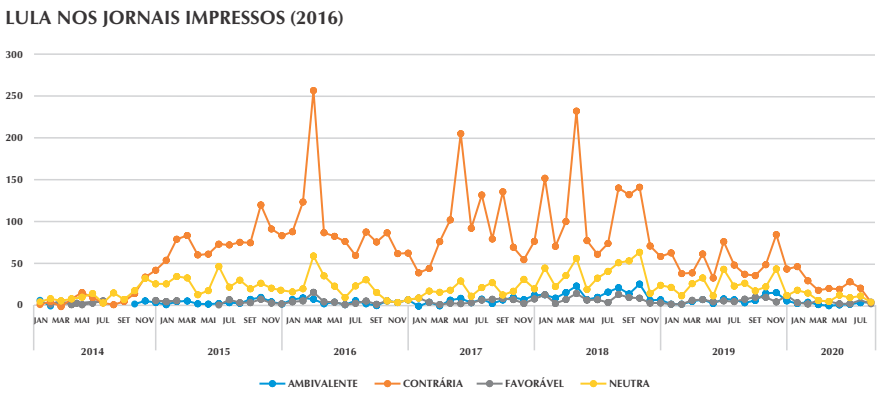
um apartamento comum, foi manipulado para se transformar numa denúncia contra Lula e sua família, com pesada cobertura da Veja e da Rede Globo. Mesmo sem ter pé nem cabeça, aquela falsa denúncia viria a dar origem mais tarde à famosa ação do tríplex.

Ao longo de 2015, agentes da Receita Federal e do Ministério Público de Brasília começaram a quebrar os sigilos fiscal e bancário de Lula, de sua família e do Instituto Lula, a pretexto de investigar as palestras e outras atividades do ex-presidente. Vazamentos ilegais alimentaram a imprensa numa campanha que chegou a criminalizar até os pedalinhos dos netos de Lula e a clínica veterinária da cadelinha da família. Entre janeiro e agosto de 2016, o Jornal Nacional da TV Globo deu 13 horas de notícias negativas sobre Lula e nem 1 minuto a favor dele, de acordo com Manchetômetro do Laboratório de Estudos de Mídia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Entre janeiro de 2015 e a apresentação da denúncia do tríplex, em setembro de 2016, os três maiores jornais do país (Folha, Globo e Estadão) publicaram 693 editorias contra o PT de Lula. Entre 2014 e 2017, as três maiores revistas de então (Veja, IstoÉ e Época) deram 55 capas contra Lula.

Foto: Reprodução

Entre janeiro e agosto de 2016, Jornal Nacional da Globo deu 13 horas de cobertura contra Lula





O massacre contra o PT e Lula no Globo, Folha e Estadão
(Fonte: Laboratório de Estudos de Mídia da UERJ)

Foi sob essa intensa campanha de difamação, num momento em que as redes de TV estimulavam manifestações de rua contra o governo do PT, que, no dia 4 de março de 2016, a Polícia Federal cumpriu um mandato ilegal de condução coercitiva contra Lula, a mando de Sergio Moro. Naquele momento, mesmo sem ter aberto uma investigação formal, Moro já estava grampeando Lula, sua família e até seus advogados, mas nunca havia chamado o ex-presidente para prestar esclarecimentos. Não havia, portanto, nada que justificasse a condução coercitiva, que foi de fato um sequestro.

Aquela prisão para depor, típica de um estado policial, foi o espetáculo de mídia que a Lava Jato preparou para humilhar seu alvo, juntamente com a Globo, que foi avisada da operação com antecedência. Foi o primeiro dos graves abusos e ilegalidades que os advogados de Lula iriam reunir ao longo dos anos, até culminar com a anulação de todos os processos de Curitiba e a declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da suspeição e parcialidade de Moro contra Lula por motivos políticos, em 23 de março de 2021.

As violações grosseiras dos direitos humanos e a publicidade opressiva contra Lula são, inclusive, os fundamentos do Comunicado Individual apresentado pelo presidente Lula ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra (Suíça) em julho de 2016. Lula foi o primeiro cidadão brasileiro a protocolar um processo perante aquele Comitê da ONU, em uma representação assinada pelos advogados brasileiros Valeska Martins e Cristiano Zanin e o renomado advogado britânico Geoffrey Robertson.

Mas até que a Justiça começasse a triunfar foram mais de cinco anos de mentiras, na Lava Jato e na mídia; de denúncias falsas lançadas no atacado, para confundir e fragilizar a defesa, de estrangulamento financeiro pelo bloqueio de bens e receitas de Lula, sua família e do Instituto Lula; de violações ao Código de Processo Penal, à Lei Eleitoral, à Constituição e aos tratados internacionais assinados pelo Brasil, além de 580 dias de prisão ilegal, sofrimento, humilhação e injustiça.

4

A operação de guerra: o *lawfare*, o juiz acusador, a propaganda na mídia, a participação estrangeira

A palavra inglesa *lawfare* pode ser traduzida como "guerra judicial" e significa a manipulação da Justiça com o objetivo de destruir um alvo, um inimigo, que pode ser uma pessoa, uma empresa, um partido ou até mesmo o governo de um país.

Nem toda acusação injusta ou perseguição pode ser chamada de *lawfare*, mas no caso de Lula não resta dúvida de que foi este o modo de agir, conforme o conceito descrito pela primeira vez no Brasil no livro *Lawfare: Uma Introdução* (Cristiano Zanin, Valeska Martins e Rafael Valim, 2016).

Lula nunca foi verdadeiramente investigado, denunciado nem sequer julgado como um cidadão comum, que tem direito de defesa e deve ser considerado inocente até a sentença final. Lula sempre foi tratado como o inimigo que Moro e seus poderosos aliados queriam destruir. Tudo foi planejado e executado como em uma operação de guerra. Confira aqui os passos da operação:

- **A definição do campo de batalha**

  O caso do tríplex, que corria na Justiça do Estado de São Paulo, foi levado para a 13ª Vara Federal de Curitiba, comandada por Moro, que nunca teve competência para o caso, como seria afinal decidido no STF em 2021. Mesmo sabendo que o caso do tríplex nada tinha a ver com as investigações sobre a Petrobras, Sergio Moro assumiu a ação, para atacar Lula em seu "território", a 13ª Vara de Curitiba, onde ele comandava também a Força Tarefa do Ministério Público Federal. Essa decisão ilegal perdurou por mais de cinco anos, permitindo que Lula fosse julgado e condenado por um juiz parcial. Lula nunca teria a chance de um julgamento justo na 13ª Vara Federal de Curitiba, porque o juiz e os procuradores já estavam decididos a condená-lo.

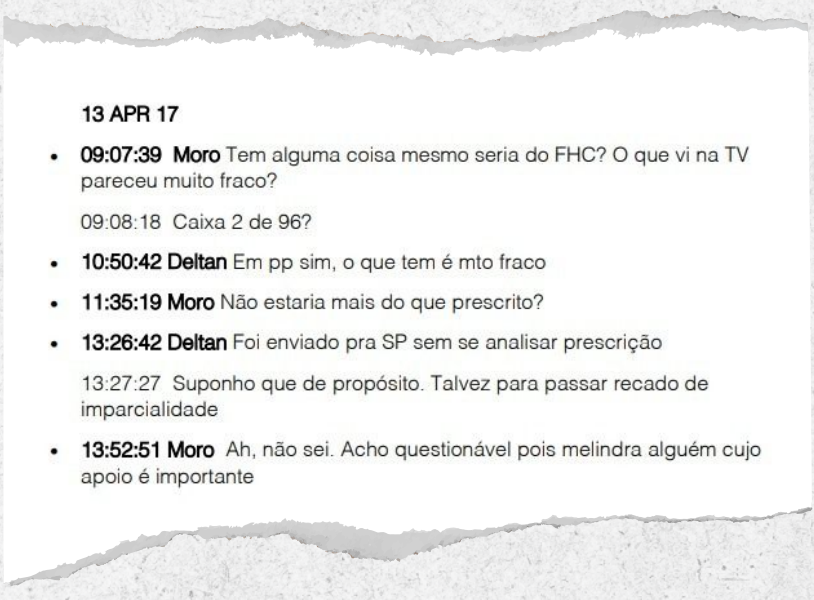
- **O controle das armas de ataque**

  As armas escolhidas para atingir Lula foram acusações falsas de corrupção, forjadas contra ele pelos procuradores da Força Tarefa da Lava Jato. Sergio Moro sempre foi o comandante da acusação, controlando e orientando as denúncias assinadas por Deltan Dallagnol e os demais procuradores. Sempre que foi necessário, Moro articulou ações com a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público Federal de Brasília. Além de comandar a acusação e o julgamento, a Lava Jato tinha controle total sobre os vazamentos ilegais e as notícias da mídia contra seu inimigo, Lula.

- **A propaganda mentirosa contra o inimigo**

  Este foi o papel crucial desempenhado pela grande mídia brasileira, com a Rede Globo à frente. Centenas de capas de revistas, manchetes de jornais e "reportagens" nos noticiários da TV aber-

ta, além de comentários nas emissoras de rádio e de TV a cabo, foram produzidos diariamente para massacrar a imagem de Lula na opinião pública e legitimar seu julgamento midiático e a condenação prévia. A utilização em massa da propaganda negativa na mídia contra o inimigo foi a principal lição que Sergio Moro aprendeu com a Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália no início dos anos 1990, conforme ele mesmo escreveu em um artigo publicado em 2004.



13 APR 17

- **09:07:39 Moro** Tem alguma coisa mesmo seria do FHC? O que vi na TV pareceu muito fraco?

  09:08:18 Caixa 2 de 96?

- **10:50:42 Deltan** Em pp sim, o que tem é mto fraco
- **11:35:19 Moro** Não estaria mais do que prescrito?
- **13:26:42 Deltan** Foi enviado pra SP sem se analisar prescrição

  13:27:27 Suponho que de propósito. Talvez para passar recado de imparcialidade

- **13:52:51 Moro** Ah, não sei. Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante

Mensagem via Telegram:
Moro manda Deltan não investigar FHC.
O alvo sempre foi Lula

- **O uso da espionagem contra o inimigo**

  Antes mesmo de iniciar qualquer investigação oficial, Moro mandou a Polícia Federal grampear os telefones usados por Lula, seus familiares e até dos advogados do ex-presidente, o que é totalmente ilegal e seria uma das mais fortes provas no julgamento da parcialidade Moro no STF. O episódio mais notório da espionagem ilegal foi o grampo da conversa da ex-presidenta Dilma com Lula em 16 de março de 2016. Mesmo tendo sido repreendido pelo ministro Teori Zavascki, que era o relator da Lava Jato no STF, Moro continuou espionando Lula.

- **O planejamento do ataque**

  Uma mensagem secreta de Deltan Dallagnol a um grupo de procuradores, datada de 16 de setembro de 2016, revelou a existência na Lava Jato de um "Plano do Lula". Neste plano estavam programadas as diversas ações contra o ex-presidente e as datas em que seriam desencadeadas, tanto em Curitiba quanto em outras Varas Judiciais do país. A Lava Jato também planejou os vazamentos de informações, as manifestações dos procuradores e até as datas de operações policiais, de forma a se antecipar aos movimentos da defesa, conforme as mensagens examinadas pelos advogados de Lula de um arquivo oficial da Polícia Federal (Operação Spoofing), com a autorização do STF.

- **O bombardeio de ações em série**

  Seguindo rigorosamente o plano de ataque, em cerca de dois anos foram abertas 11 ações penais, em Curitiba, São Paulo e Brasília, e mais de 200 procedimentos simultâneos em diversas instâncias, contra Lula e seus familiares. Entre os processos da

Lava Jato e os demais, a defesa de Lula participou de 154 audiências nas quais foram ouvidas 380 testemunhas. Lula prestou nada menos que 24 depoimentos em ações penais, inquéritos e outros procedimentos entre 2015 e 2021. Além de sobrecarregar o trabalho da defesa e tirar o foco dos processos mais importantes, o bombardeio de denúncias aumentava a exposição negativa de Lula na mídia, alimentando a campanha de mentiras contra ele.

- **A velocidade dos ataques em blitz**

  A tramitação dos processos e das sentenças contra Lula foi feita em tempo recorde, tanto na Vara de Curitiba quanto no TRF-4, assim como apresentação e aceitação de denúncias falsas em Brasília. Entre a primeira condenação de Lula por Sergio Moro no caso do tríplex, em setembro de 2017, e a confirmação em segunda instância pelo Tribunal Federal da 4ª Região (TRF-4), com aumento de pena, em fevereiro de 2018, em pleno recesso judicial, foram menos de seis meses. Essa velocidade recorde era necessária para enquadrar Lula na Lei da Ficha Limpa a tempo de impedir que fosse candidato nas eleições daquele ano. No caso do sítio de Atibaia, a juíza substituta de Moro, Gabriela Hardt, sentenciou um processo de 6 mil páginas em apenas um mês, copiando partes inteiras da decisão de Moro no caso tríplex.

- **A corrupção do processo judicial**

  Diante da ausência total de provas materiais contra Lula, a Lava Jato abriu um verdadeiro mercado de delações em Curitiba. Com a participação de advogados ligados a Moro, os procuradores negociavam os depoimentos dos réus, sempre direcionados para citar e tentar envolver Lula, em troca da redução das penas e de

vantagens financeiras. Dessa forma, a própria Justiça foi corrompida. Todos os réus que fizeram acordo de delação estão soltos, e os que já eram muito ricos continuam muito ricos.

➢ **A neutralização da defesa do inimigo**

Os advogados de Lula foram escancaradamente cerceados por Sergio Moro nas audiências em Curitiba. Suas perguntas eram interrompidas e até censuradas pelo ex-juiz. Moro negou a maioria dos pedidos de perícias e laudos para produzir provas de inocência de Lula, negou até o acesso da defesa aos contratos da Petrobras. Na grande mídia, especialmente na Globo, a defesa de Lula praticamente não tinha voz. A palavra dos advogados era censurada ou mutilada em poucos segundos no fim das reportagens do Jornal Nacional. Por meio das mensagens apreendidas pela "Operação Spoofing", os advogados de Lula também puderam comprovar que a Lava Jato executou várias medidas ilegais para tentar inviabilizar a defesa do ex-presidente.

Foto: Ricardo Stuckert

Zanin e Valeska: da PF até a ONU na defesa de Lula

➢ **O estrangulamento econômico do inimigo**

Na mesma sentença em que condenou Lula sem provas pelo caso do tríplex, Sergio Moro determinou o bloqueio de bens do ex-presidente. O bloqueio se estendeu ao espólio de dona Marisa Letícia, atingindo dessa forma os filhos, noras e netos de Lula. Paralelamente, o Instituto Lula recebeu uma multa milionária,

que praticamente inviabilizou seu funcionamento, numa auditoria da Receita Federal que, mesmo não tendo encontrado irregularidade financeira nem crime fiscal, concluiu que havia "desvio de finalidade".

- **A imobilização pessoal e política do inimigo**

  Mesmo tendo direito de recorrer em liberdade contra as condenações de Moro e do TRF-4, direito previsto no Artigo 5º da Constituição, Lula ficou preso ilegalmente por 580 dias na sede da Polícia Federal em Curitiba. Moro deu a ordem de prisão logo após o STF negar, por 6 votos a 5, um pedido de habeas corpus de Lula, em abril de 2018, num julgamento marcado por forte pressão da mídia e até do comandante geral do Exército. Só no ano seguinte o STF iria confirmar novamente o direito de todos os cidadãos à presunção de inocência, num julgamento em que Lula não era parte diretamente envolvida. Também em 2018 o Tribunal Superior Eleitoral cassou o direito de Lula concorrer às eleições, mesmo preso, contrariando a legislação e descumprindo uma determinação do Comitê de Direitos Humanos da ONU. A decisão ilegal do TSE manteve Lula imobilizado politicamente e garantiu a vitória de Jair Bolsonaro em outubro.

- **As ações para quebrar a moral do inimigo**

  A prisão ilegal e injusta não foi a única humilhação imposta a Lula. Antes disso, a intimidade de sua família foi devassada, grampos de conversas íntimas de dona Marisa com os filhos e fotografias dos aposentos de Lula e sua família foram vazados ilegalmente para a imprensa. Filhos do casal foram perseguidos e difamados, tiveram os sigilos bancários quebrados. Até o *tablet* de um

dos netos de Lula foi apreendido. Já preso, Lula foi proibido de receber visitas de religiosos e de ir ao velório do irmão Vavá. A juíza de execuções penais de Curitiba chegou a ordenar que ele fosse transferido para um presídio de segurança máxima no interior de São Paulo, o que só foi impedido por uma decisão do STF e pela reação de líderes de 15 partidos na Câmara. Para Lula comparecer ao enterro do seu pequeno neto Arthur, a PF montou um aparato desnecessário e espalhafatoso, como se estivesse conduzindo um preso perigoso, enquanto os procuradores faziam chacota do luto de Lula, como a defesa descobriu nas mensagens da Operação Spoofing.

➢ **A articulação política contra o inimigo**

A Lava Jato e seus poderosos aliados atuaram na mobilização dos protestos contra o governo Dilma, o que também foi uma forma de emparedar Lula, o alvo da operação. O vazamento do grampo ilegal da presidenta com Lula, em março daquele ano, foi decisivo nos protestos, diretamente incentivados pela mídia. O comandante do impeachment na Câmara, Eduardo Cunha, foi poupado pela Lava Jato, apesar das graves provas contra ele, até concluir seu serviço sujo. A famosa denúncia do *powerpoint* contra Lula só foi apresentada depois do golpe. A condenação em segunda instância e sua prisão, em abril de 2018, foram sincronizadas com a corrida presidencial, que Lula liderou nas pesquisas até mesmo depois de preso. Moro já tinha negociado ser ministro de Bolsonaro em setembro daquele ano, quando divulgou ilegalmente a falsa delação de Antônio Palocci contra o PT, faltando uma semana para o primeiro turno da eleição.

➢ **O decisivo apoio de potências estrangeiras**

Agentes do FBI, procuradores federais e agentes do Departamento de Justiça (DOJ) e do Departamento de Estado dos Estados Unidos, além de procuradores da Suíça e de outros países, orientaram e até comandaram ações da Lava Jato de forma totalmente ilegal no Brasil. Ajudaram a forjar acusações contra a Petrobras e grandes empresas brasileiras, utilizadas em ações nos Estados Unidos e outros países. Deltan Dallagnol e outros procuradores da Lava Jato foram de fato corrompidos pelo DOJ dos Estados Unidos, que os recompensou destinando mais de R$ 2 bilhões tomados da Petrobras para criarem uma fundação privada no Brasil. O plano bilionário de Dallagnol só falhou porque foi denunciado mais tarde e anulado pelo STF. No final dos processos, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, iria reconhecer a ilegalidade da parceria da Lava Jato com as agências estrangeiras contra Lula. O fato é que, antes e depois de virar ministro de Bolsonaro, Moro recebeu total cobertura da CIA e da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA, a mesma que espionou a Petrobras e a presidenta Dilma.

➢ **A substituição da lei pela força**

O uso da força é o que caracteriza, em última análise, uma situação de guerra. Como as provas e a lei eram a favor da inocência e da liberdade de Lula, a Lava Jato apelou para a força bruta do estado contra o cidadão, do início ao fim dos processos. Desde a condução coercitiva de Lula em 4 de março de 2016, que foi um verdadeiro sequestro, Sergio Moro, os procuradores de Curitiba, a Polícia Federal, a Receita e outros agentes públicos cometeram

centenas de violências contra a lei e os direitos de Lula, gerando nulidades que só viriam a ser corrigidas no STF mais de cinco anos depois do início da farsa judicial.

Foto: Ricardo Stuckert

Em frente ao prédio da PF em Curitiba, a Vigília Lula Livre resistiu por 580 dias e noites

5

Como a defesa provou que Lula é inocente e que Sergio Moro foi um juiz suspeito e parcial

Desde o início da perseguição, Lula definiu, com os advogados Cristiano Zanin e Valeska Martins, as duas principais linhas da defesa: provar sua inocência diante das acusações falsas e jamais abrir mão de seus direitos e do cumprimento do devido processo legal. A maior parte dos acusados na Lava Jato aceitou confessar algum crime e negociar delações para sair da prisão, mas Lula jamais transigiu com a verdade. Não aceitou propostas de prisão domiciliar ("Minha casa não é cadeia", ele disse), de usar tornozeleira eletrônica ("Não sou pombo-correio para usar tornozeleira") nem de redução negociada de pena, o que implicaria em concordar com as ilegalidades da ação ("Não troco a minha dignidade pela minha liberdade", afirmou). As linhas de defesa de Lula, portanto, são bem diferentes da maioria dos outros casos da Lava Jato.

Durante todo esse tempo, os advogados de Lula apontaram as ilegalidades e abusos que iam sendo cometidos por policiais, procuradores e juízes. A primeira delas foi a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba, comandada por Sergio Moro, para processar o caso de um imóvel

no município de Guarujá, em São Paulo, e que nada tinha a ver com os desvios na Petrobras investigados na Lava Jato. Na medida em que Moro demonstrava ser um juiz parcial, cerceando a defesa, instruindo a acusação, negando perícias e a produção de provas de inocência, a defesa mostrou que ele devia se declarar suspeito para julgar Lula. Denunciaram os erros da sentença do tríplex, o fato de o próprio Moro reconhecer que não havia relação entre o imóvel e os contratos da Petrobras com a OAS, a condenação absurda por "atos indeterminados".

Nenhum desses abusos foi reconhecido por Moro nem foi considerado, de fato, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) ou pela 5ª Câmara do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que também se recusou a examinar as nulidades concretas apontadas pela defesa. Assim nasceu a mentira, repetida de forma exaustiva por jornalistas mal-informados ou de má-fé, de que Lula era um réu condenado em três instâncias da Justiça, quando, na realidade, a suspeição, a parcialidade e os abusos contaminaram o processo desde a raiz.

No final de outubro de 2018, quando se tornou pública a aliança de Sergio Moro com Jair Bolsonaro, para nomear o ex-juiz ministro da Justiça, a defesa de Lula decidiu levar ao STF um pedido de habeas corpus para libertar Lula (que já estava preso havia mais de seis meses). Este habeas corpus era baseado nas provas da falta de imparcialidade de Moro e de sua motivação política para condenar Lula. Eram as provas da suspeição de Moro, descritas minuciosamente em sete episódios principais:

1) A condução coercitiva ilegal de uma pessoa que não havia sido chamada a depor e contra a qual não havia sequer acusação formal;

2) Os grampos ilegais das conversas de Lula com o advogado Roberto Teixeira e do ramal principal do escritório dos advogados da defesa;
3) O vazamento ilegal do grampo igualmente ilegal de uma conversa entre Lula e a então presidenta Dilma Rousseff, seguido de manifestação pública de Moro em apoio aos protestos contra seu alvo;
4) As contradições da própria sentença do tríplex, em que Moro condena Lula por "atos indeterminados" e depois admite, em recurso da defesa, que não relacionou o imóvel aos contratos da Petrobras;
5) A ordem ilegal que Moro deu à Polícia Federal, em 8 de junho de 2018, para desobedecer a decisão do desembargador federal Rogério Favreto, que mandava soltar Lula naquele dia por considerar a prisão ilegal;
6) A decisão de Sergio Moro de divulgar uma delação falsa de Antonio Palocci, sem nenhuma justificativa para isso, faltando uma semana para a eleição que Bolsonaro disputava contra o candidato que substituiu Lula no PT, Fernando Haddad;
7) A notícia de que Sergio Moro seria ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, o candidato diretamente beneficiado pela condenação e cassação de Lula numa eleição em que este liderava as pesquisas.

É importante ressaltar que todos estes argumentos viriam a ser aceitos pelo STF e constam do acórdão (relatório final) do julgamento do habeas corpus da suspeição, publicado em maio de 2021. Porém, decorreram mais de dois anos entre o pedido e a conclusão do julga-

mento que devolveu os direitos de Lula. E nesse período a defesa continuou denunciando as arbitrariedades dos procuradores de Curitiba no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e defendendo Lula em diversas instâncias além da Lava Jato.

Desde o momento em que foi apresentado o habeas corpus da suspeição (novembro de 2018), Sergio Moro e a imagem da Lava Jato começaram a entrar, pela primeira vez, em processo de desgaste, lento mas constante. Já no Ministério da Justiça, Moro apoiou os decretos ilegais de Bolsonaro para aumentar o armamento de milícias, além de ter silenciado diante dos ataques de seu chefe presidente à democracia e às instituições, inclusive o STF. No começo de 2019, o jornalista Luís Nassif revelou o projeto da fundação privada, bilionária e ilegal que Deltan Dallagnol pretendia criar com recursos tomados da Petrobras

Foto: Reprodução

Lula na audiência com Moro: "Depois de tanta mentira, você está condenado a me condenar"

em processos nos EUA. O projeto foi impedido pela ação da PGR e do STF, mas a mácula da corrupção foi colada aos procuradores. Eles também se desgastaram, especialmente nos meios jurídicos, ao buscar a proteção corporativa dos membros CNMP nos processos disciplinares por conta das ilegalidades que fizeram contra Lula.

A partir de 9 de junho de 2019, a imagem da Lava Jato e de Sergio Moro seria fortemente abalada pela revelação das mensagens secretas que trocavam por meio do aplicativo Telegram. Parte das mensagens, obtidas por um hacker, passou a ser divulgada pelo site The Intercept Brazil, então dirigido pelo jornalista Glenn Greenwald, em parceria com outros veículos (Veja, Folha de S. Paulo, UOL, El País, entre outros). Na série de reportagens conhecida como Vaza Jato, as mensagens secretas confirmavam o que a defesa de Lula havia denunciado desde o início dos processos: Moro comandava diretamente as ações dos procuradores, tornando-se parte da acusação, o que não é permitido a um juiz pela legislação do Brasil e dos países democráticos.

A Vaza Jato teve forte impacto na opinião pública e nos meios jurídicos, a ponto de ser mencionada em sessão da Segunda Turma do STF, em 12 de junho de 2019, quando os ministros discutiram, mas não deram andamento ao julgamento do habeas corpus de Lula, iniciado em dezembro de 2018 e interrompido por um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes.

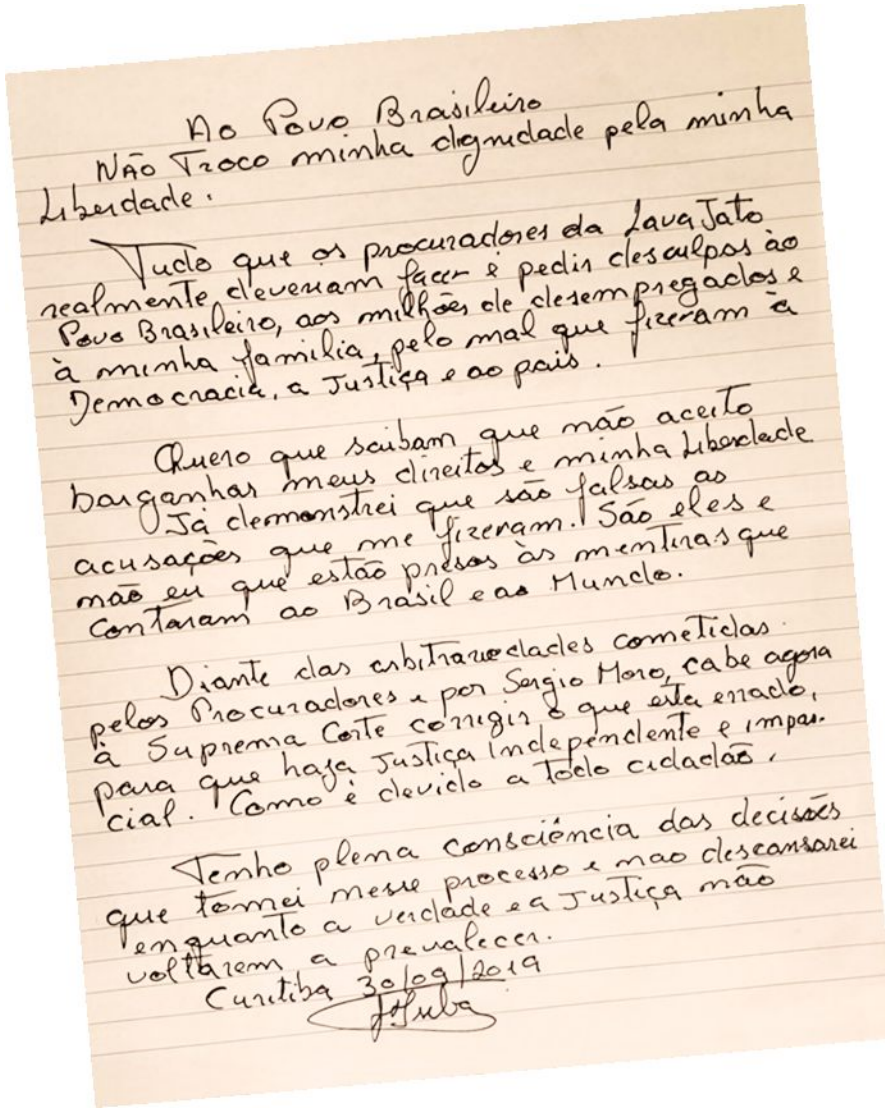
A série de reportagens estimulou as críticas à Lava Jato e as manifestações de solidariedade a Lula, que já havia cumprido mais de um ano de prisão ilegal. A Lava Jato manteve o apoio da grande mídia e a cumplicidade da Rede Globo, que simplesmente censurou o escândalo das

mensagens secretas em seus noticiários, mas os procuradores e Sergio Moro passaram a ter de se explicar e caíram na defensiva.

Enquanto aguardava o julgamento, a defesa de Lula trabalhava em outras frentes para provar a ilegalidade da condenação de Lula. Uma dessas frentes era a cooperação ilegal dos procuradores com agentes de governos estrangeiros, notadamente dos Estados Unidos e da Suíça. Era fundamental esclarecer aquela situação, entre outros motivos, para fazer uma análise do acordo de leniência da Odebrecht, que foi utilizado pela acusação na denúncia do sítio de Atibaia e outras ações. Sergio Moro sempre negou o acesso da defesa a esse acordo suspeito.

Uma das reportagens da Vaza Jato, produzida em parceria com a Agência Pública, de jornalistas independentes, trouxe mensagens comprovando diálogos, encontros e até a troca clandestina de dados, por meio de *pendrives*, entre Curitiba, a Suíça e os EUA. Aquela reportagem contradizia frontalmente as informações oficiais dos procuradores, da Vara de Curitiba e da PGR ao STF, sempre negando a existência dessa "cooperação informal" e ilegal. Foi para esclarecer quem estava mentindo que a defesa de Lula pediu ao STF, em outubro de 2019, o acesso às mensagens apreendidas com o hacker Marco Delgati e periciadas pela Polícia Federal, na chamada Operação Spoofing, deslanchada pelo próprio Moro quando era ministro e responsável pela PF.

Diante dos fortes argumentos, o ministro Ricardo Lewandowski determinou que a Justiça e a Polícia dessem acesso às mensagens, exclusivamente para examinar as que tinham relação com a defesa de Lula. Analisando os arquivos, os advogados de Lula puderam pela primeira vez associar o conteúdo das mensagens secretas às ações ilegais



Ao Povo Brasileiro

Não Troco minha dignidade pela minha liberdade.

Tudo que os procuradores da Lava Jato realmente deveriam fazer é pedir desculpas ao Povo Brasileiro, aos milhões de desempregados e à minha família, pelo mal que fizeram à Democracia, a Justiça e ao país.

Quero que saibam que não aceito barganhar meus direitos e minha liberdade. Já demonstrei que são falsas as acusações que me fizeram. São eles e não eu que estão presos às mentiras que contaram ao Brasil e ao Mundo.

Diante das arbitrariedades cometidas pelos Procuradores e por Sergio Moro, cabe agora à Suprema Corte corrigir o que está errado, para que haja Justiça Independente e Imparcial. Como é devido a todo cidadão.

Tenho plena consciência das decisões que tomei nesse processo e não descansarei enquanto a verdade e a Justiça não voltarem a prevalecer.

Curitiba 30/09/2019

Lula

Em carta da prisão, Lula rejeita acordo com procuradores: "Não troco minha dignidade pela minha liberdade"

de Moro e dos procuradores nos processos contra Lula. Encontraram as ordens do ex-juiz para deflagrar operações, o "Plano do Lula", as articulações para a escolha de juízes do caso, as operações com a imprensa para emparedar membros de tribunais superiores, os contatos e acordos ilegais com agentes estrangeiros, para prejudicar Lula e a Petrobras e para obter vantagens financeiras.

As descobertas foram comunicadas oficialmente ao STF e tornadas públicas, por meio de 14 petições apresentadas em fevereiro, março e abril. As novas revelações das mensagens tornaram insustentável a situação de Sergio Moro, mesmo não tendo sido anexadas ao habeas corpus da suspeição, que continuava sem data para julgamento. Foi nesse ambiente que o relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, acolheu um outro habeas corpus da defesa de Lula, para decidir, cinco anos depois, que a 13ª Vara de Curitiba nunca teve competência para tratar dos processos contra o ex-presidente.

No dia 8 de março, Fachin divulgou a decisão que anulou as quatro ações penais contra Lula em Curitiba, incluindo as condenações nos casos do tríplex e do sítio. Ou seja: além de inocentar Lula, o STF determinou que qualquer nova ação referente àqueles casos teria de começar a partir de uma nova denúncia, em vara judicial competente.

Os defensores de Sergio Moro e o próprio ministro Fachin entendiam que, com a anulação dos processos por incompetência de jurisdição, o julgamento do habeas corpus da suspeição do ex-juiz deveria ser abandonado e encerrado. Mas essa posição foi derrotada por 4 votos a 1 na sessão do dia 9 de março da Segunda Turma do STF, que decidiu prosseguir com o julgamento interrompido desde dezembro de 2018. Os ministros Gilmar e Lewandowski votaram pela suspeição. Por causa de um novo pedido de vistas, do ministro Kássio Nunes Marques, o julgamento só foi retomado em 23 de março. Indicado por Bolsonaro, Nunes Marques votou contra a suspeição, acompanhando o relator Fachin. Em seguida, a ministra Cármen Lúcia, que em 2018 havia considerado o habeas corpus formalmente improcedente, apresentou seu

voto de mérito. Tomando por base exclusivamente os sete motivos apresentados pela defesa, ela formou a maioria de 3 votos a 2 para determinar que Sergio Moro não foi imparcial no julgamento de Lula.

O julgamento da suspeição de Moro anulou imediatamente a condenação de Lula no caso do tríplex e todos os atos realizados sob comando do juiz desde antes da instauração do processo. Em 24 de junho, essa decisão seria estendida a todos os casos em que Sergio Moro atuou contra Lula.

A PGR ainda tentou reverter a suspeição de Moro, apelando para o plenário do STF confirmar se era válida ou não a decisão da Segunda Turma. Criou-se uma situação esdrúxula, em que o Supremo julgaria uma decisão do próprio Supremo, por meio de uma de suas duas turmas. Mas a manobra não prosperou e, em duas longas sessões, a maioria dos 11 ministros confirmou tanto a primeira decisão de Fachin (que anulou os processos por incompetência) quanto a da Segunda Turma (a suspeição de Moro), em julgamento concluído em 23 de junho de 2021.

Foi uma vitória histórica e sem precedentes no Judiciário brasileiro, com enorme repercussão internacional. Também não há precedentes de um líder popular que tenha superado um massacre de mídia tão intenso quanto o que Lula enfrentou. Para surpresa dos que tentaram destruí-lo, Lula venceu porque nunca ficou só: teve sempre o apoio dos que acreditavam nele, em sua inocência e em sua trajetória, dos que compreenderam os motivos políticos e econômicos da perseguição, dos que, dentro e fora do Brasil, lutaram por democracia e Justiça. Venceu porque teve a coragem de denunciar todas as violências e ilegalidades cometidas ao longo do processo. Lula venceu porque nunca desistiu de lutar pela verdade e pelo povo brasileiro.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 441

09/03/2021 SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 164.493 PARANÁ

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S)	: LUIZ INACIO LULA DA SILVA
IMPTE.(S)	: CRISTIANO ZANIN MARTINS (32190/DF, 153599/RJ, 172730/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6. **Existência de 7 (sete) fatos que denotam a parcialidade do magistrado**. As alegações suscitadas neste HC são restritas a fatos necessariamente delimitados e anteriores à sua impetração.

4. **Antecedentes da biografia de um Juiz acusador**. O STF já avaliou, em diversas ocasiões, alegações de que o ex-magistrado Sergio Fernando Moro teria ultrapassado os limites do sistema acusatório. No julgamento

6.7. O último fato indicativo da perda de imparcialidade do magistrado consiste no fato de haver aceitado o cargo de Ministro da Justiça após a eleição do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, que há muito despontava como principal adversário político do paciente. Sergio Moro decidiu fazer parte do Governo que se elegeu em oposição ao partido cujo maior representante é Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-juiz foi diretamente beneficiado pela condenação e prisão do paciente. A extrema perplexidade com a aceitação de cargo político no Governo que o ex-magistrado ajudou a eleger não passou despercebida pela comunidade acadêmica nacional e internacional.

ACÓRDÃO

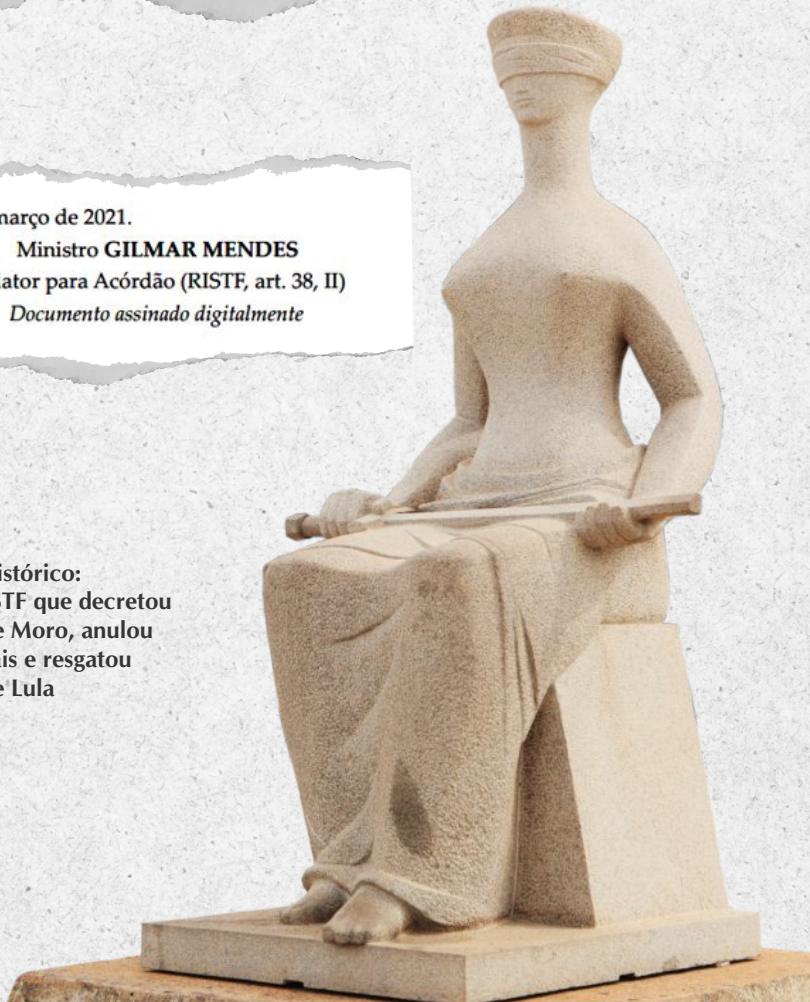
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, por maioria de votos, conhecer do *habeas corpus*, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator) e Nunes Marques que dele não conheciam. No mérito, a Turma, por maioria, concedeu a ordem em *habeas corpus*, determinando a anulação de todos os atos decisórios praticados pelo magistrado no âmbito da Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR, incluindo os atos praticados na fase pré-processual, nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes, redator para acórdão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator) e Nunes Marques.

Brasília, 23 de março de 2021.

Ministro **GILMAR MENDES**

Redator para Acórdão (RISTF, art. 38, II)

Documento assinado digitalmente



Documento histórico: a decisão do STF que decretou a suspeição de Moro, anulou seus atos ilegais e resgatou a inocência de Lula

6

Muito além do triplex: as duas grandes mentiras da Lava Jato e da mídia que envenenaram o Brasil

A Lava Jato sempre soube que o triplex do Guarujá nunca foi comprado, doado, emprestado nem vendido a Lula. Pertencia à OAS, que ainda por cima deu o imóvel em garantia de um empréstimo da Caixa Econômica Federal, e isso está provado nos autos do processo. Os advogados de Lula também provaram ser falso que a Odebrecht tenha destinado R$ 700 mil para pagar obras no sítio de Atibaia, que também nunca foi de Lula. O dinheiro foi depositado para um ex-diretor da própria Odebrecht, e isso também está nos autos.

O próprio Sergio Moro teve de reconhecer, na sentença do triplex, que Lula não recebeu recursos desviados de contratos da Petrobras. Ele sempre soube também que o ex-presidente Lula nunca assinou qualquer ato ilegal ou de corrupção. Por isso, na sentença absurda do triplex Moro condenou Lula por "atos indeterminados", ou seja: condenou sem apontar o que o Lula teria feito de errado.

Essas e outras farsas da Lava Jato, como a de que o Instituto Lula teria recebido doações e até uma nova sede (que nunca existiu), parecem até

pequenas diante da maior de todas as mentiras desses processos: a de que o PT seria uma organização criminosa, comandada por Lula, e que seu governo quebrou o país. Ao contrário: são as reservas internacionais de mais de 340 bilhões de dólares deixadas pelos governos do PT, além de políticas sociais para os mais pobres, como o Bolsa Família e o reforço do SUS, que têm evitado uma catástrofe ainda maior no país desgovernado de Jair Bolsonaro e seu ministro destruidor da Economia, Paulo Guedes.

A primeira perna dessa mentira já foi quebrada pela Justiça no julgamento da ação penal que ficou conhecida como "quadrilhão do PT". Lula, seus ex-ministros e a presidenta Dilma Rousseff foram plenamente absolvidos pela Justiça Federal de Brasília, em dezembro de 2019, porque a denúncia é falsa e não se sustentava em fatos. Além desta sentença, uma perícia oficial na Justiça de Brasília confirmou recentemente que, mesmo tendo havido prática de caixa dois, não houve desvio de dinheiro público no chamado "mensalão", no qual dirigentes petistas foram condenados e estão recorrendo das decisões injustas.

Foto: Ricardo Stuckert

Depois de vencer na Justiça, é hora de enfrentar as mentiras contra Lula e o PT

A outra perna da mentira é a maneira como foi contada pela mídia a história do chamado "petrolão". É verdade, sim, que ex-diretores e altos funcionários da Petrobras receberam suborno de grandes empresas, mas a Lava Jato nunca provou que havia a chamada "corrupção sistêmica" nem superfaturamento nas obras da estatal. E são os fatos que desmentem essa versão. Quem mais prejudicou a Petrobras foi a própria Lava Jato e os governos que vieram depois do PT para entregar ao estrangeiro um dos maiores patrimônios do país e do povo brasileiro

Desmontando a mentira do "quadrilhão do PT"

Em setembro de 2017, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou denúncia por "formação de quadrilha" contra Lula, a ex-presidenta Dilma Rousseff, cinco ex-ministros e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari. Naquela falsa denúncia, Janot carimbou como se fossem verdadeiras e oficiais todas as "convicções" sem provas que Deltan Dallagnol apresentou na célebre entrevista do *powerpoint*, em setembro de 2016. Lula foi chamado de "comandante" de uma organização criminosa que teria o objetivo de assaltar o governo e obter vantagens pessoais e poder político.

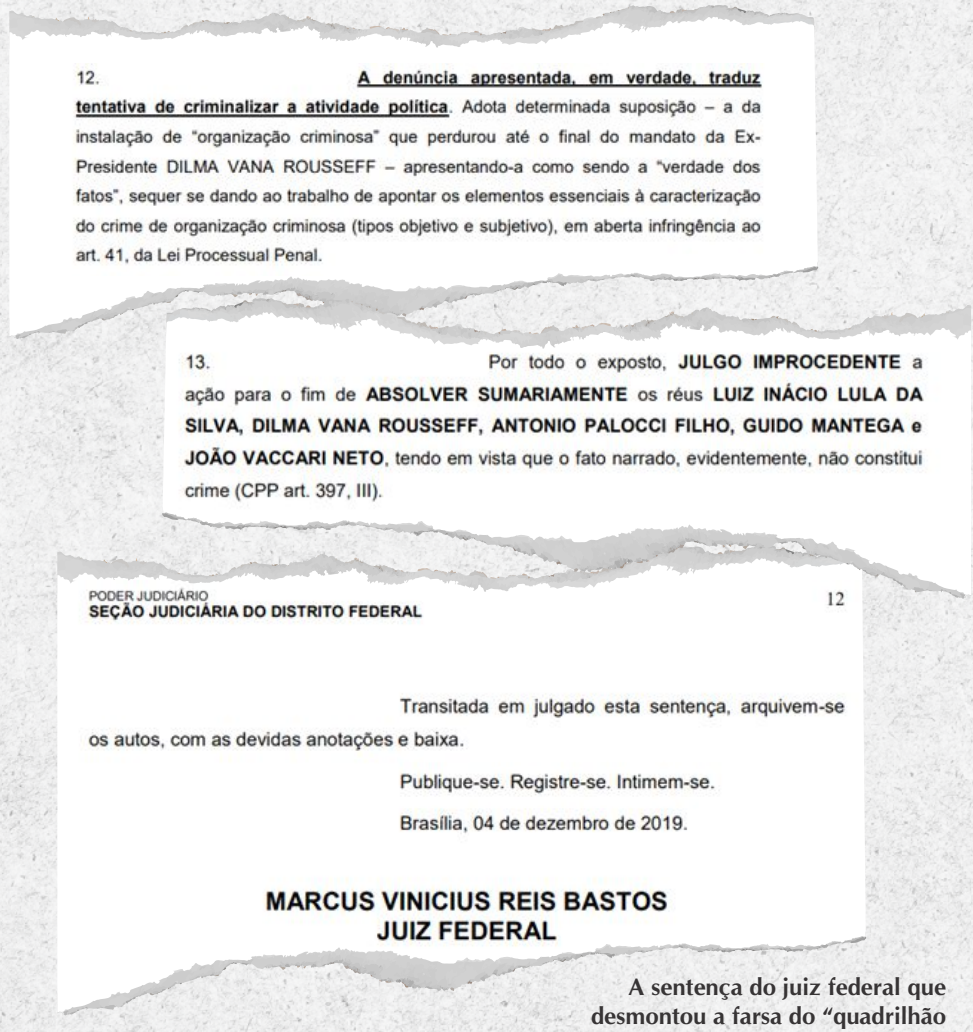
Esta mentira vinha sendo martelada desde o tempo do mensalão e é repetida até hoje nas redes de Bolsonaro e pelos adversários do PT. No entanto, quando finalmente a ação foi julgada pela 12ª Vara da Justiça Federal de Brasília, em dezembro de 2019, o juiz absolveu sumariamente Lula e os demais acusados, porque a denúncia não tinha qualquer fundamento.

O juiz Marcus Vinícius Reis Bastos criticou duramente a denúncia do ex-procurador-geral, afirmando que ela apresentava *"uma suposição como se fosse a verdade dos fatos, sequer se dando ao trabalho de apontar os elementos essenciais à caracterização do crime"*. Ao absolver plenamente as pessoas acusadas por Janot, o juiz apontou o caráter político daquela ação: *"A denúncia apresentada, em verdade, traduz tentativa de criminalizar a atividade política"*, escreveu Reis Bastos. A sentença foi tão clara ao desnudar a denúncia e seus objetivos que o Ministério Público nem ousou recorrer, e o caso foi arquivado, restaurando a inocência de Lula e dos demais que haviam sido injustamente acusados.

Ao publicar um livro de memória três anos depois de apresentar a falsa denúncia, o próprio Rodrigo Janot iria confessar que só fez aquilo para atender um pedido de Deltan Dallagnol e dos procuradores que haviam acusado Lula sem provas em Curitiba. Os procuradores precisavam encaixar a denúncia sem provas do tríplex no contexto de uma organização criminosa dentro do governo federal, ou não seria possível acusar Lula de corrupção. Como não havia provas nem de que Lula teria recebido o tríplex nem de que haveria a tal organização criminosa, Rodrigo Janot fez para eles o serviço mais sujo, criando a ação do "quadrilhão do PT".

O cenário forjado do "quadrilhão do PT" é o pano de fundo de todas ações e investigações contra Lula. Algumas delas até reproduzem a falsa denúncia de Janot, como se ela não tivesse sido já julgada e arquivada. Esta é também a acusação que os adversários e a mídia tentam sempre manter, apesar da claríssima decisão da Justiça Federal.

Antes de prosseguir, é preciso lembrar que o PT foi criado em 1980, por Lula e por milhares de militantes de sindicatos, movimentos populares, comunidades de base, intelectuais, artistas e lideranças políticas, para defender os direitos dos trabalhadores, uma vida melhor para o povo, a liberdade e a democracia no Brasil, num tempo em que ainda éramos governados por generais e nem havia eleições para presidente.



12. **A denúncia apresentada, em verdade, traduz tentativa de criminalizar a atividade política**. Adota determinada suposição – a da instalação de "organização criminosa" que perdurou até o final do mandato da Ex-Presidente DILMA VANA ROUSSEFF – apresentando-a como sendo a "verdade dos fatos", sequer se dando ao trabalho de apontar os elementos essenciais à caracterização do crime de organização criminosa (tipos objetivo e subjetivo), em aberta infringência ao art. 41, da Lei Processual Penal.

13. Por todo o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação para o fim de **ABSOLVER SUMARIAMENTE** os réus **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DILMA VANA ROUSSEFF, ANTONIO PALOCCI FILHO, GUIDO MANTEGA e JOÃO VACCARI NETO**, tendo em vista que o fato narrado, evidentemente, não constitui crime (CPP art. 397, III).

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL 12

Transitada em julgado esta sentença, arquivem-se os autos, com as devidas anotações e baixa.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de dezembro de 2019.

MARCUS VINICIUS REIS BASTOS
JUIZ FEDERAL

A sentença do juiz federal que desmontou a farsa do "quadrilhão do PT": "Tentativa de criminalizar a atividade política"

O PT participou de todas as eleições municipais, estaduais e nacionais no país desde sua fundação e só alcançou resultados pelo voto. O PT sempre defendeu o financiamento público de campanhas eleitorais, que só viria a ser adotado no Brasil nas eleições de 2018, por decisão do STF e contra a vontade dos poderosos. Lula disputou e perdeu três eleições antes de chegar à presidência pelo voto popular. Governou em diálogo permanente com o Congresso, com empresários e trabalhadores da cidade e do campo, promoveu 74 conferências nacionais para definir as mais diversas políticas públicas ouvindo a sociedade.

Além disso, seu governo criou os mais importantes instrumentos de controle de despesas públicas na história do país: a Controladoria Geral da União (CGU) e o Portal da Transparência. A CGU fiscaliza todos os contratos e repasses do governo federal para estados e municípios. E o Portal permite a qualquer cidadão saber, em tempo real, cada centavo pago a um servidor público, prestador de serviços ou empresa contratada. O Portal da Transparência brasileiro foi reconhecido pela ONU como um dos melhores instrumentos de combate à corrupção entre todos os países do mundo. Além disso, a presidenta Dilma sancionou a Lei de Acesso à Informação (LAI), que garante a todo cidadão o direito de conhecer os dados e registros oficiais do governo federal. A LAI tem se mostrado um dos mais importantes instrumentos de transparência e vigilância sobre o setor público.

Os governos do PT nunca esconderam denúncias debaixo do tapete (é sempre importante recordar que, no governo do PSDB, o Procurador-Geral da República engavetou nada menos que 437 denúncias contra ministros e altos funcionários). Nenhum ministro dos governos Lula e Dilma foi "protegido" de ações da Polícia Federal, mesmo as mais absurdas. E todos que

Foto: Ricardo Stuckert

Contra desvios, Lula e Dilma criaram a CGU, o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação

tiveram de responder à Justiça deixaram os cargos para se defender. Também é falso dizer que o PT foi leniente com filiados e dirigentes acusados de desvios. Mesmo em casos de perseguição política, como foi o julgamento do mensalão (e hoje está provado que não houve desvio de dinheiro público naquela ação), o Conselho de Ética do partido foi acionado. O que o PT não abre mão é de garantir o direito de defesa e o devido processo a todas as pessoas, como prevê a Constituição.

Como é que um partido e um ex-presidente com a trajetória de Lula poderiam ser comparados a uma organização criminosa? Mesmo havendo casos de corrupção comprovados em diversos partidos e mesmo que existam, hoje, legendas de aluguel no país, nem o PT nem qualquer outro partido que participou da reconstrução do processo democrático brasileiro, seja de direita ou seja de esquerda, pode aceitar a comparação com uma quadrilha montada para assaltar o país.

Preste atenção no que diz a sentença do juiz que arquivou a denúncia falsa do "quadrilhão": querem fazer você acreditar que todo o governo

Lula foi um crime, que a criação do PT foi um crime, que toda atividade política é um crime. Foi esse tipo de pensamento que levou Bolsonaro ao Planalto. Não é negando a política nem criminalizando os partidos que vamos combater de verdade a corrupção. Ao contrário: quando os partidos não existem, quando a sociedade não participa da política, ou seja, nas ditaduras e nos governos autoritários, aí é que a corrupção corre solta.

Desmontando as mentiras sobre o "petrolão"

Todos sabem que quatro ex-diretores e outros altos dirigentes da Petrobras confessaram ter recebido subornos milionários de empresas que prestavam serviços à maior estatal do país. São cifras escandalosas, não há dúvida, mas o fato é que, mesmo a partir de uma verdade é possível construir grandes mentiras, como aconteceu no caso conhecido como o escândalo do "petrolão".

Se examinarmos com seriedade e sem paixão os processos, as delações, os documentos e principalmente os números, vai ficar claro que a Petrobras não foi destruída pela corrupção política, ao contrário do que a mídia vem martelando na sua cabeça há anos. Foi a própria Lava Jato que causou um prejuízo bilionário à Petrobras e destruiu todo um setor econômico brasileiro ligado à empresa, como vamos demonstrar.

A história do "petrolão" foi construída a partir da delação premiada do ex-gerente de Recursos da Petrobras, Pedro Barusco, preso pela Lava Jato em 2014 porque fazia negócios com o doleiro Alberto Youssef. Em troca de reduzir os anos de prisão e de ficar com boa parte do dinheiro sujo que recebeu, Barusco disse aos procuradores da Lava Jato que,

para liberar os contratos, ele cobrava propinas "de 1% a 3% do valor" e que esse dinheiro seria repartido entre "operadores", diretores e agentes de partidos políticos. Barusco também disse que agia assim desde 1998, no governo do PSDB, mas a Lava Jato só queria saber de condenar Lula e atacar o PT.

Quando Pedro Barusco foi ouvido em audiência por Sergio Moro, um ano depois de fazer a delação premiada, o advogado de Lula perguntou se os percentuais daquela delação eram verdadeiros e em quais contratos eles teriam sido aplicados. Aí a memória do delator desapareceu e ele só foi capaz de dizer quanto recebeu em um dos contratos examinados. E o valor não correspondia nem a 1% nem a 2% nem a 3% do contrato.

A defesa de Lula pediu insistentemente que os contratos fossem periciados para confirmar ou derrubar a história dos 3%, mas Sergio Moro negou todos esses pedidos. A defesa convocou então, como testemunhas, os auditores internos da Petrobras e todos os escritórios, nacionais e estrangeiros, que fizeram auditorias externas na estatal nos dez anos anteriores. E todos afirmaram em juízo que nunca encontraram desvios, porque os valores dos contratos estavam em conformidade com as planilhas e estimativas de custo previstas nos editais. Ou seja: em mais de cinco anos de investigação, jamais foi provado que houve superfaturamento nas obras e encomendas para prejudicar a Petrobras.

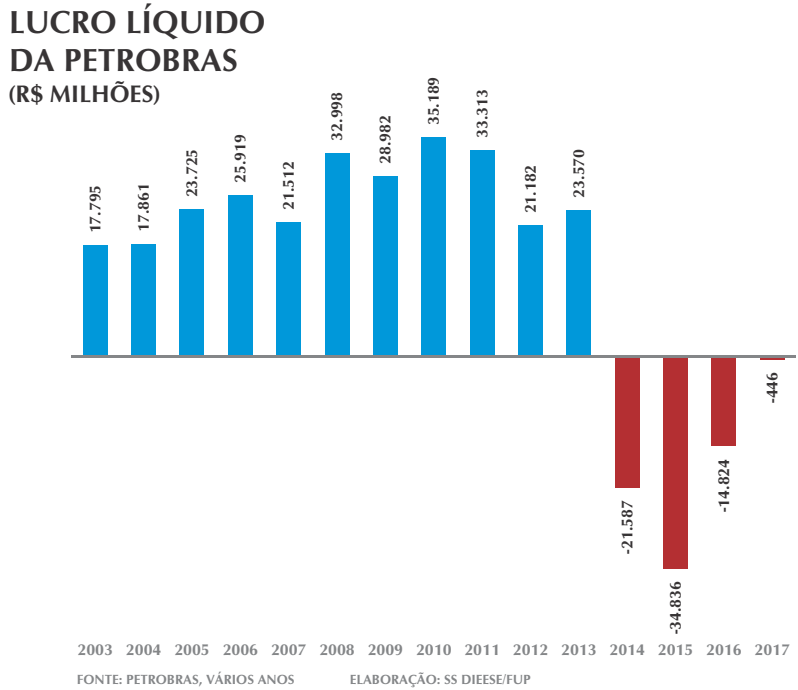
A Lava Jato jamais quis confirmar se era verdadeira ou falsa a história que Barusco contou, mas os tais 3% foram tratados como um número mágico, que os procuradores de Curitiba exigiam que fosse repetido por todos os candidatos a delator. Só que nenhum deles confirmou isso da maneira que foi utilizada nas denúncias pelos procuradores da Lava

Jato. Também não foi produzida nenhuma prova dessa mentira na quebra do sigilo bancário das empresas investigadas.

Mas a mentira foi repetida pela mídia com tanta insistência que a própria Petrobras foi obrigada a registrar uma perda de R$ 6 bilhões no balanço de 2014. Este valor corresponderia a 3% dos contratos da estatal nos 10 anos anteriores, mas nunca foi comprovado. Na realidade, a direção da Petrobras foi obrigada a simular o "prejuízo" ou o balanço anual não seria aprovado pela empresa estrangeira de auditoria externa, e isto sim traria enormes prejuízos para a empresa e para o país naquele momento.

Nos dez anos anteriores ao início da Lava Jato, o faturamento da Petrobras foi R$ 2,6 trilhões, o que corresponde a quase 50% do PIB do Brasil em 2014. Era uma das maiores empresas do mundo, com um plano de investimentos de 260 bilhões de dólares para os cinco anos seguintes, e havia provocado uma verdadeira revolução na economia brasileira. Para atender às encomendas de navios e sondas, a indústria naval brasileira estava empregando mais de 400 mil trabalhadores. A própria Petrobras tinha 86 mil funcionários e contratava 360 mil terceirizados em 2013. O setor de óleo e gás, incluindo as empresas privadas, na grande maioria brasileiras, empregava mais de 2 milhões de trabalhadores. O Brasil estava deixando de ser importador para ser exportador de petróleo e produzia aqui mesmo cerca de 80% dos combustíveis consumidos no país.

Em uma empresa do porte da Petrobras, todos os investimentos e editais são submetidos a controles internos e externos, por meio de auditorias, do Tribunal de Contas da União e do Conselho de Acionistas. Por ter grande participação de acionistas privados e ações negociadas em bolsas de valores no mundo inteiro, todos os negócios da Petrobras são



Enquanto a Lava Jato imperou, os lucros da Petrobras foram transformados em imenso prejuízo para a empresa e o Brasil

fortemente fiscalizados. E mesmo assim nenhuma auditoria interna ou externa, nacional ou estrangeira, nenhuma denúncia ou investigação anterior, dos órgãos de fiscalização ou do Ministério Público, apontou ao governo que haveria desvios na empresa. Por que, então, os ex-diretores recebiam suborno?

Hoje, a história do "petrolão" está sendo analisada por economistas, advogados e pesquisadores com o rigor que nunca houve na Lava Jato. A tese de doutorado publicada em 2019 pela professora de Direito Econômico Maria Virgínia Mesquita Nasser, da USP, examinou as delações e depoimentos de 14 dos principais réus e investigados da operação. Ela descreve 33 pagamentos declarados por eles nos processos, e os classifica em 8 modalidades (doações para candidatos e partidos, declaradas ou não ao

TSE, pagamentos para garantir cumprimento de contratos ou para ter acesso a tomadores de decisões, entre outros). Analisando as motivações declaradas para os pagamentos, a tese conclui: "da miríade de condutas relatadas, poucas delas se encaixariam perfeitamente na acepção dos crimes de corrupção ativa e passiva previstos no Código Penal". E ainda que as doações eleitorais declaradas não se enquadram nos crimes da Lei Anticorrupção.

A própria Lava Jato divulgou que as 13 empresas capacitadas a atender as grandes obras e encomendas da Petrobras estavam organizadas num cartel (o chamado "clube do bilhão") para distribuir entre elas os contratos. Ora, se isso é verdade, qual o sentido de subornar diretores? Poderia haver muitos motivos, como evitar atrasos nos pagamentos ou na assinatura de contratos, por exemplo. Mas não para superfaturar contratos em prejuízo da Petrobras.

No entanto, todos aqueles pagamentos, inclusive as doações declaradas e legais para partidos e instituições, foram carimbados pela Lava Jato como "propina". Esta é uma palavra tão perversa quanto "corrupção", mas que igualmente só faz sentido se houver prova de que o dinheiro foi pago para que alguém cometesse um crime. E essa prova nunca existiu nem em relação a Lula nem em relação ao PT. Para encontrá-la, a Lava Jato teria de cumprir a regra básica de qualquer investigação de desvio, que é seguir o caminho do dinheiro. É verdade que a corrupção não deixa recibo, mas ela deixa rastros em contas bancárias, movimentações financeiras, sinais de riqueza e outros, que precisam ser investigados em uma ação séria, para comprovar as acusações. Não basta uma delação premiada. A lei e a busca da verdade exigem que seja identificado o contrato, o montante do dinheiro e a maneira como ele foi desviado, a conta de onde foi sacado ou outra forma de repasse.

Foto: Ricardo Stuckert

A indústria naval brasileira, que empregava 400 mil pessoas nos governos do PT, foi destruída pela Lava Jato

No caso de Atibaia, por exemplo, a defesa de Lula conseguiu seguir o caminho do dinheiro e demonstrou que, ao contrário do que diziam os procuradores, uma transferência de R$ 700 mil nas contas da Odebrecht não foi feita para pagar obras no sítio, mas foi na verdade foi parar na conta de um dos diretores da construtora. Da mesma forma, nenhum exame de sigilo bancário ou rastreamento financeiro provou que teria havido desvio de recursos da Petrobras para doações ao PT, fossem ou não fossem declaradas à Justiça Eleitoral.

Foi para fugir dessa questão e sustentar suas falsas acusações que a Lava Jato inventou outra mentira: "o caixa geral de propinas". Planilhas que ninguém viu ou que foram "desenhadas" por delatores dentro da prisão passaram a valer como verdade e carimbar como "propina" todo e qualquer pagamento feito por uma empresa investigada, mesmo que fosse legal. O momento em que a Lava Jato resolveu aplicar esse drible na lei e na verdade está registrado numa das mensagens secretas dos

procuradores, na qual eles usam a expressão "caixa único", e que foi levada ao STF pelos advogados de Lula.

Em nenhum sistema judicial isento esta imagem do "caixa geral de propinas" seria admitida. Só contra Lula e o PT, num país envenenado pela mídia, como foi o Brasil nos últimos anos. Portanto, desconfie de todas as cifras sobre "o rombo do petrolão", pois há muito mais interesse político do que matemática e verdade nesses números.

A afirmação irresponsável de que a Petrobras teria sido vítima de "corrupção sistêmica", ou seja, de um sistema político que saqueava a empresa, trouxe consequências graves para a estatal e para o Brasil. Qualquer empresa no mundo suspeita de "corrupção sistêmica" envolvendo políticos torna-se alvo da legislação dos Estados Unidos chamada FCPA (Lei de Práticas de Corrupção no Exterior). Por meio dessa lei, criada em 1977, os Estados Unidos se dão o direito de espionar, investigar e processar qualquer pessoa ou empresa, como se fossem a polícia do planeta. Com o pretexto de combater a corrupção, os agentes dos EUA atacam os concorrentes de suas empresas em qualquer país do mundo.

Uma grande reportagem do jornal francês *Le Monde*, de fevereiro de 2021, confirmou o que a defesa de Lula havia denunciado sobre a atuação de agentes do FBI e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), em parceria e até no comando de operações da Lava Jato, totalmente fora das leis brasileiras e dos tratados internacionais. A atuação ilegal no Brasil desses agentes e de procuradores da Suíça e outros países também está registrada nas mensagens secretas trocadas entre os procuradores e de Deltan Dallagnol com Sergio Moro.

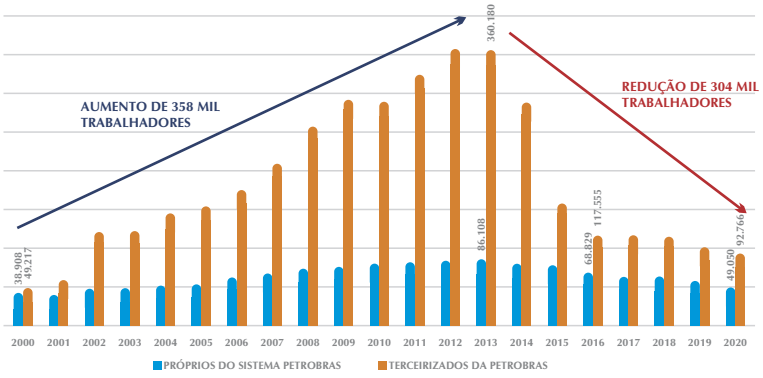
A Lava Jato e o ex-procurador-geral Rodrigo Janot colocaram a Petrobras no colo do DOJ, da SEC (a comissão que controla as bolsas de valores dos EUA) e dos acionistas estrangeiros da empresa brasileira. Em uma ação no Tribunal de Nova Iorque e em um acordo com o DOJ, com informações, denúncias e até delatores cedidos pela Lava Jato para depor lá fora, a Petrobras pagou cerca de 4 bilhões de dólares em multas. Isso representa cinco vezes mais do que a Lava Jato alega ter "recuperado" para a empresa no Brasil. Parte considerável desse dinheiro que a Petrobras perdeu nos EUA (cerca de R$ 2 bilhões) seria entregue a Deltan Dallagnol e seus parceiros, por meio de uma fundação privada que eles pretendiam criar no Brasil, mas foram impedidos pelo Supremo Tribunal Federal, pois era tudo ilegal.

Numa completa inversão de papéis, a Petrobras, que nos processos contra Lula atuou contra ele como vítima do "quadrilhão do PT", afirmou lá nos EUA que seus ex-diretores praticaram atos deliberados de corrupção em prejuízo da empresa e dos acionistas, justificando as ações e os acordos bilionários. É importante recordar que tanto a Petrobras quando as grandes empresas brasileiras destruídas pela Lava Jato estavam concorrendo com empresas estrangeiras e que a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA foi pilhada espionando a Petrobras e até a ex-presidenta Dilma, como revelou ao mundo, em 2013, o ex-analista da NSA Edward Snowden.

E é muito importante lembrar que, depois dos governos do PT, a Petrobras passou a ser desmontada, cortou a produção de combustíveis no Brasil para importar gasolina e diesel dos EUA. Parou de comprar plataformas, sondas e equipamentos no Brasil para importar de outros países. Vendeu (e vendeu barato) para grupos estrangeiros gasodutos, refinarias

e a Distribuidora BR. Começou a entregar o pré-sal para as petrolíferas estrangeiras. Tudo isso foi decidido nos governos de Michel Temer, depois do golpe do impeachment sem crime, e Jair Bolsonaro, que bate continência para a bandeira dos Estados Unidos. E querem que você acredite que foi o PT que destruiu nossa maior empresa com o "petrolão".

NÚMERO DE TRABALHADORES PRÓPRIOS E TERCEIRIZADOS DA PETROBRAS



FONTE: PETROBRAS, ELABORAÇÃO DIEESE/FUP

Enquanto Moro fazia acordos para livrar corruptos, a indústria de óleo e gás demitia mais de 300 mil trabalhadores

Quem realmente quebrou o Brasil foram esses governos e a Lava Jato. Por causa da obsessão de destruir Lula e o PT, Sergio Moro e os procuradores fizeram acordos para livrar da cadeia empresários que confessaram ter cometido crimes, mas nada fizeram para manter as empresas funcionando, produzindo riqueza no país e gerando empregos. É exatamente o contrário do que ocorre em outros países, inclusive os EUA, que punem os corruptos, mas preservam as empresas e seus trabalhadores.

Aqui no Brasil, além de não dar prioridade aos acordos de leniência que podiam preservar empregos, agentes do Ministério Público, do TCU, da CGU e outros competiam pelo poder sobre tais acordos. Sob pressão da mídia, a Petrobras anunciou que não faria novos contratos com as

empresas investigadas até o fim dos processos, o que abalou a saúde de todas elas. Ainda em 2015, numa ação derivada da Lava Jato, a Justiça Federal de São Paulo cancelou os contratos e encomendas do consórcio Sete Brasil, destruindo quase 400 mil empregos na indústria naval. E uma das primeiras medidas do governo do golpe, em 2016, foi suspender financiamentos de R$ 4,3 bilhões já contratados com o BNDES para obras de empresas brasileiras no exterior. Era uma sentença de morte empresarial.

Um estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) mostrou que, ao longo dos cinco anos em que imperou no país, a Lava Jato destruiu 4,4 milhões de empregos e inviabilizou R$ 172,2 bilhões em investimentos na economia brasileira. Esta é a mais grave herança dos anos de perseguição a Lula e ao PT: milhões de famílias condenadas ao desemprego e à pobreza.

Foto: Ricardo Stuckert

O TEMPO DA VERDADE ESTÁ CHEGANDO

As mentiras do "quadrilhão do PT", do "escândalo do petrolão" e as acusações falsas não foram construídas de um dia para o outro. Elas são o resultado de muitos anos de perseguição sistemática contra Lula e seu partido. Foram repetidas intensamente na mídia, nas redes sociais, nas igrejas e até nas universidades onde deveria existir debate livre de ideias.

Da mesma forma que a mentira foi sendo construída aos poucos, a verdade também não triunfará de uma hora para outra. Ela tem de ser difundida com argumentos sérios, com informações confirmadas e, principalmente, com muita paciência.

Faça sua parte: leia e divulgue este ***Memorial*** *em sua família, entre colegas e amigos, nas suas redes sociais, para que todos tenham a oportunidade de conhecer a verdade que sempre foi censurada.*

PT

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Julho de 2021

Foto: Ricardo Stuckert

Foto: Ricardo Stuckert

PT

Partido dos Trabalhadores